Parte 3 – Pautas e políticas para o campo

O Pronaf e a educação do campo na perspectiva da Fetraf-Brasil

Catia Grisa
Jonas José Seminotti
Roniere dos Santos Fenner

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

GRISA, C., SEMINOTTI, J.J., and FENNER, R.S. O Pronaf e a educação do campo na perspectiva da Fetraf-Brasil. In: TEDESCO, J.C., SEMINOTTI, J.J., and ROCHA, H.J., ed. *Movimentos e lutas sociais pela terra no sul do Brasil: questões contemporâneas* [online]. Chapecó: Editora UFFS, 2018, pp. 377-419. ISBN: 978-85-64905-76-4. <https://doi.org/10.7476/9788564905764.0013>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

O Pronaf e a educação do campo na perspectiva da Fetraf-Brasil

*Catia Grisa*³³

*Jonas José Seminotti*³⁴

*Roniere dos Santos Fenner*³⁵

Considerações iniciais

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e o Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo) são duas das principais políticas públicas vigentes na agricultura familiar. O objetivo do presente capítulo é compreender o Pronaf e o Pronacampo sob a perspectiva da Fetraf-Brasil³⁶, as lutas desenvolvidas, a organização sindical, os efeitos para os agricultores familiares e a transversalidade entre essas políticas na perspectiva do desenvolvimento rural.

Um traço fundamental do desenvolvimento rural sustentável é a articulação entre o social, o econômico e o ambiental. Ou seja, conceber políticas públicas que promovam o desenvolvimento no campo requer

33 Professora Adjunta da UFRGS, Campus Litoral Norte. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS). Doutorado em Ciências Sociais. Contato: catiagrisa@yahoo.com.br

34 Professor Adjunto da UFRGS, Campus Litoral Norte. Doutorado em Sociologia. Contato: jonas.seminotti@ufrgs.br

35 Professor Adjunto da UFRGS, Campus Litoral Norte. Doutorado em Educação nas Ciências. Contato: roniere.fenner@ufrgs.br

36 Durante o IV Congresso Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil, realizado em maio de 2016, a plenária aprovou e determinou que a Federação fosse transformada em uma Confederação, decisão essa que deu origem a Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar (CONTRAF BRASIL). Trabalhamos como o termo FETRAF por estarmos analisando o período que antecede 2016.

seguir não apenas a dimensão econômica, prática comum dos defensores do livre mercado. Nessa perspectiva, Van Der Ploeg (2000) defende a ideia de que é necessária uma reconfiguração do modelo de desenvolvimento do campo, envolvendo terra, trabalho, natureza, ecossistemas, plantas e animais, artesanatos, mercados, relações com as cidades, relações sociais e políticas públicas.

A Fetraf-Brasil, junto a outros movimentos sociais do campo, tem organizado os (as) trabalhadores (as) a fim de lutar pela terra, pela permanência nela, por direitos sociais e por políticas públicas, a exemplo da educação do campo e do crédito, com base no respeito à diversidade e à realidade dos sujeitos do campo, como diversos autores têm elaborado. (ARROYO, 2009; CALDART, 2003, 2008; FERNANDES; KOLLING; MOLINA, 2009; MUNARIM; 2008; SOUZA, 2010).

O tema da educação e a demanda por política de crédito, articulados ao tema do desenvolvimento, estiveram presentes na pauta do sindicalismo da agricultura familiar desde os anos 1980, nos cursos de formação de lideranças nas comunidades rurais em meio ao processo das oposições sindicais e nos encontros do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais, com a atuação da Escola Sul e do Departamento Rural da CUT.

Fruto de grandes mobilizações das organizações da agricultura familiar, de mudanças paradigmáticas nos estudos rurais e de negociações na agenda pública, o Pronaf foi um marco do reconhecimento político e institucional da agricultura familiar. A amplitude dos recursos disponibilizados, o formato, os critérios de acesso do público beneficiário e as mudanças ocorridas no Programa sempre foram influenciados pelas reivindicações dos movimentos sociais e sindicais da agricultura familiar, dentre eles a Fetraf.

No entanto, se o Pronaf passa a existir como política pública a partir de 1996, a compreensão, por parte do Estado, sobre a importância da educação do campo como uma política pública específica aos povos do campo, só veio a concretizar-se em 2010, com a criação da política de educação

do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pro-nera)³⁷. Para efeitos do Decreto 7.352/2010, entende-se por populações do campo: os agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural.

A transversalidade entre a educação e as demais políticas públicas esteve presente em diferentes momentos e documentos produzidos pela Fetraf-Brasil mas ficou expresso de forma mais direta a partir da elaboração do projeto alternativo de desenvolvimento para a agricultura familiar numa postura contra-hegemônica ao modelo neoliberal vigente nos anos 1990 no Brasil, quando houve uma forte onda de privatizações e a diminuição do papel do Estado se apresentava como um projeto político, não só para o setor agropecuário, mas também para toda a sociedade.

Passaremos a analisar a especificidade do Pronaf e posteriormente do Pronacampo para, através da perspectiva do desenvolvimento, compreendermos a articulação existente entre ambos a partir da atuação da Fetraf-Brasil.

O Pronaf, seu desempenho, mudanças e atuação da Fetraf

Em 2016 comemoramos 20 anos da publicação do Decreto nº 1.946 de 28 de junho de 1996, que criou o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Fruto de grandes mobilizações das organizações da agricultura familiar (nomeadamente os Gritos da Terra Brasil), de mudanças paradigmáticas nos estudos rurais e de negociações na agenda pública (GRISA, 2012; SANTOS, 2011; PICOLOTTO, 2011;

37 Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010, Art. 1º — Consiste em um conjunto articulado de ações de apoio aos sistemas de ensino para a implementação da política de educação do campo.

SCHNEIDER, CAZELA e MATTEI, 2004), este programa foi um marco do reconhecimento político e institucional da agricultura familiar no Brasil. A partir de então — e na continuidade da atuação dos movimentos sociais e sindicais da agricultura familiar — tanto o Programa quanto a categoria social fortaleceram-se mutuamente (GRISA, 2012; SANTOS, 2011). Atualmente, o Pronaf é a política agrícola mais importante para a agricultura familiar, seja em virtude da amplitude dos recursos aplicados (R\$ 21 bilhões de reais em 2015), seja em função da capilaridade da política pública, chegando a mais de 97% dos municípios brasileiros (BRASIL, MDA, 2015).

Em toda a sua trajetória, o formato e as mudanças ocorridas no Programa sempre foram bastante influenciados pelas reivindicações dos movimentos sociais e sindicais da agricultura familiar, em um processo de “cooperação conflituosa”³⁸ (CONTI, 2016; ABERS, SERAFIM e TATAGIBA, 2014; BOLTER, 2013; GIUGNI e PASSY, 1998). Com efeito, a própria construção do Programa e seus contornos iniciais resultam de mobilizações sociais e foram construídos em diálogos e negociações com a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e outros movimentos sociais³⁹ (CONTI, 2016; BIANCHINI, 2015; GRISA, 2012; SANTOS, 2011; PICOLOTTO, 2011). Para ilustrar, mencionam-se os critérios que conformaram inicialmente o público beneficiário (Resolução nº 2.191 de 24 de agosto de 1995 do Conselho Monetário Nacional), que são frutos de discussões do movimento sindical desde o início dos anos 1990 e foram amadurecidos na Comissão Técnica do Pequeno Produtor

38 Segundo Giugni e Passy (1998), cooperação conflituosa é uma das formas que as relações entre Estado e Sociedade podem assumir, sendo as demais oposição, protesto e consenso. No primeiro caso, trata-se de uma relação que contempla conflito e cooperação da parte dos movimentos sociais na construção de suas demandas. No caso brasileiro, desde o início dos anos 2000, organizações sindicais da agricultura familiar e outras organizações da sociedade civil adentraram para dentro do Estado, seja via atuação na estrutura institucional, seja na construção, formulação e implementação de políticas públicas, em um processo de co-gestão. Neste processo, em que pesem o diálogo e a colaboração, também permanecem as relações desiguais na distribuição de poder entre Estado e sociedade, sendo o primeiro prevalecente.

39 É relevante lembrar que, neste momento, a CONTAG estava filiada à Central Única dos Trabalhadores (CUT) e, deste modo, os contaguanos e os rurais da CUT participaram das negociações na construção do Pronaf.

(Portarias MAARA nº 692 de 30/11/1993 e nº 42 de 24/01/1994), conformada no Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária (MAARA)⁴⁰ em 1994, com a participação da CONTAG, para elaborar “Propostas e recomendações de política agrícola diferenciada para o pequeno produtor rural” (BRASIL, MAARA/CONTAG, 1994). Cabe salientar como inovações deste documento, dentre outros elementos, as propostas de criação de um “Programa Especial de Crédito para os Pequenos Produtores Rurais”, com encargos financeiros, prazos, carências e formas de pagamentos específicos; e a proposição de uma definição de pequeno produtor, posteriormente adotada no Pronaf.⁴¹

Outro exemplo da influência marcante das organizações da agricultura familiar na configuração do Programa refere-se à criação do Pronafinho em 1997. Conforme Abramovay e Piketty (2005, p. 62), “criou-se uma nova linha de crédito no interior do Pronaf voltada a agricultores bem próximos da linha de pobreza, ou seja, em média, um terço do nível de renda bruta dos primeiros beneficiários do Programa.” Tratava-se de um público mais próximo aos “periféricos”, segundo classificações dos Relatórios FAO/INCRA (FAO/INCRA, 1996, 1994), diferindo das concepções originais do Pronaf. Esta linha emergiu de reivindicações de agricultores familiares que viriam a constituir, em dezembro de 1997, em Brasília, o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). Ambos, o movimento social e o Pronafinho, resultaram das mobilizações realizadas no início de 1996 associadas à estiagem que assolava o Rio Grande do Sul (PICOLOTTO),

40 Em 1996, o MAARA passou a denominar-se Ministério da Agricultura e do Abastecimento e foi criado também o Ministério Extraordinário de Política Fundiária. Em 1999, este passou a denominar-se Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e aquele, em 2001, recebeu a denominação de Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

41 Ilustrando a cooperação conflituosa, destaca-se que, embora a definição dos beneficiários do Pronaf tenha ocorrido em diálogo com a Contag, também houve pressão política da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), e o Estado acabou contemplando igualmente as demandas da organização sindical patronal de que fossem incorporados como beneficiários também os estabelecimentos com até dois empregados permanentes (GRISA, 2012; SANTOS, 2011). Para Abramovay e Veiga (1999), esta admissão teve duas consequências importantes: permitiu o acesso ao PRONAF de agricultores familiares que, provavelmente, teriam maiores possibilidades de garantias reais de pagamento dos financiamentos aos bancos (ou seja, agricultores mais capitalizados), o que, por conseguinte, favoreceu a participação do sindicalismo patronal na execução local do PRONAF.

2011; BIANCHINI, 2010; CADONÁ, 2004). Essas mobilizações revelaram-se espaços profícuos para a discussão e demanda de políticas públicas mais adequadas às especificidades de segmentos da agricultura familiar e, ao mesmo tempo, para apontar a necessidade de estabelecer outro movimento social que não se organizaria a partir da estrutura sindical, dadas as críticas que esses atores apresentavam à atuação da CONTAG e da CUT.

Dando ênfase às pressões, às negociações e aos diálogos ocorridos entre Estado e organizações da agricultura familiar na execução do Pronaf, esta seção analisa alguns elementos do desempenho histórico do Programa e a influência da Fetraf-Brasil em mudanças importantes ocorridas. Para esta reflexão, além de dados do Banco Central do Brasil sobre a execução do Pronaf, realizamos análise documental das pautas de reivindicações e outros documentos da organização sindical. Os documentos oriundos das Jornadas Nacionais de Luta da Agricultura Familiar e Reforma Agrária (Pautas de Reivindicações) são particularmente importantes nesse sentido, pois envolvem amplo processo de participação da base social da Fetraf-Brasil e compreendem um repertório de ação de construção, mobilização, negociação e execução de agendas e políticas públicas de interesse da categoria (CONTI, 2016).

Distribuição regional do acesso ao Pronaf e características socioeconômicas dos agricultores familiares beneficiários

Desde o início do Pronaf, um questionamento recorrente nos estudos rurais refere-se à distribuição desigual dos recursos entre as regiões brasileiras (AQUINO e SCHNEIDER, 2015; GRISA, WESZ Jr. e BUCHEITZ, 2014; DELGADO, LEITE e WESZ Jr., 2010; AQUINO e SCHNEIDER, 2010; MATTEI, 2006, 2005; SCHNEIDER, CAZELLA e MATTEI, 2004; BELIK, 2000; ABRAMOVAY e VEIGA, 1999). No entanto, como evidenciado no gráfico a seguir, essa desigualdade permanece um desafio importante no

Pronaf. De acordo com os dados, no ano 2000, quase 60% dos recursos foram para o Sul do Brasil, seguido pelo Sudeste e, em terceiro lugar, o Nordeste — embora esta região concentre 50% dos agricultores familiares brasileiros (IBGE, 2009). Em 2006, a região Sul reduziu sua participação para 40,75%, e o Nordeste incrementou para 26,05%. No entanto, a partir de 2008, a região Sul retomou sua participação nos recursos totais do Programa e, desde 2009, tem situado-se próximo a 50%. Em 2015, a região Sudeste respondeu por 19,22% dos recursos totais, a região Nordeste 14,10%, Centro-Oeste 7,83% e Norte 7,29%.

Gráfico 1: Distribuição (%) dos recursos do Pronaf entre as regiões brasileiras (1999 a 2015)

Fonte: Banco Central do Brasil (elaborado pelos autores).

Em relação aos contratos (Gráfico 2), chama a atenção que, no início dos anos 2000, a região Sul também era prevalecente (62% no ano 2000), seguida pela região Nordeste (18,99%) e Sudeste (11,44%). Em 2006, a relação Sul e Nordeste praticamente se inverteu, sendo os percentuais, respectivamente, 22,11% e 60,20%. Em 2015, os percentuais foram: 44,52% no Nordeste; 30,38% no Sul; 16,08% no Sudeste; 5,59% no Norte; e 3,43% no Centro-Oeste.

Gráfico 2: Distribuição (%) dos contratos do Pronaf entre as regiões brasileiras (1999 a 2015)

Fonte: Banco Central do Brasil (elaborado pelos autores).

Ao analisarmos os valores médios dos contratos (Gráfico 3), notamos que quase todas as regiões brasileiras apresentaram elevação expressiva dos contratos médios a partir de 2008. A região Centro-Oeste foi a mais emblemática nesse sentido, alcançando em 2015 o valor médio de R\$ 31.498,38 por contrato. Destoando deste cenário, destaca-se o Nordeste, cuja elevação foi menos expressiva, alcançando apenas o valor médio de R\$ 3.586,44 por contrato em 2015. Ainda em termos comparativos, salientamos que na região Sul o valor médio situou-se em R\$ 23.623,50 no mesmo ano.

Gráfico 3: Valores médios dos contratos (R\$) do Pronaf entre as regiões brasileiras (1999 a 2015)

Fonte: Banco Central do Brasil (elaborado pelos autores).

Se, como mencionado, a distribuição desigual do Pronaf entre as regiões brasileiras é frequentemente questionada pelos estudos rurais, não encontramos equivalência nas reivindicações da Fetraf-Brasil. Esta não é uma questão que perpassa as pautas de reivindicações da Fetraf-Brasil, provavelmente em decorrência de sua base sindical ainda concentrar-se na região Sul do Brasil, embora os movimentos crescentes de participação das demais regiões.

Outro questionamento recorrente nos estudos rurais refere-se à concentração dos recursos no público mais capitalizado da agricultura familiar. Como mencionam Aquino e Schneider (2015, p. 62), “nos seus primeiros 18 anos de vida, a política de crédito do Pronaf se transformou em uma fonte de financiamento público importante para diversos segmentos da agricultura brasileira. No entanto, sua versão recente se apoia numa lógica evolucionista que elege os agricultores familiares de maiores níveis de renda como seu público preferencial”. Os mesmos autores apontam que, em 2011, os Grupos A e A/C⁴² receberam apenas 4,7% dos recursos do Programa; de forma similar, o Grupo B — que representava 55% da agricultura familiar brasileira — respondeu por apenas 6% do montante dos recursos do Programa; já o Grupo Variável (que contempla os antigos C, D e E, e representava 26% dos agricultores familiares brasileiros) recebeu 89,3% dos recursos do Pronaf. Apesar de diversas mudanças normativas realizadas visando incorporar a diversidade socioeconômica dos agricultores familiares (AQUINO e SCHNEIDER, 2015; GRISA, WESZ Jr. e BUCHWEITZ, 2014; MATTEI, 2011), o Programa ainda encontra limitações em contemplar os segmentos mais vulneráveis economicamente.

42 O Grupo A refere-se aos assentados da reforma agrária; o Grupo A/C corresponde aos egressos do Grupo A; o Grupo B contempla agricultores familiares com renda bruta anual familiar de até R\$ 20 mil, sem a presença de trabalho contratado permanente; e o Grupo Variável diz respeito aos agricultores familiares com renda bruta anual familiar de R\$ 20 mil até R\$ 360 mil, desde que ao menos 50% da renda seja oriunda da atividade agropecuária, podendo manter empregados permanentes em um número menor que a quantidade de pessoas da própria família ocupada no estabelecimento.

Nesse aspecto, é importante mencionar que a Fetraf-Brasil também propôs e reivindicou algumas alterações institucionais no Pronaf no sentido de ampliar a participação da diversidade socioeconômica dos agricultores familiares. Por exemplo, na Pauta de Reivindicações de 2005 propôs novos limites de renda para fins de enquadramento, novos limites de valores financiados, e novas taxas de juros, todos diferenciados de acordo com os Grupos do Pronaf; na Pauta de Reivindicações de 2006 solicitou a renegociação de dívidas dos agricultores pronafianos, com bônus diferenciados segundo os Grupos do Pronaf; e, na Pauta de Reivindicações 2007/2008, demandou o estabelecimento de juro zero nas modalidades de A até C, e juros de 2% para o Grupo D e 4% para o Grupo E (FETRAF-BRASIL, 2007; 2006; 2005). Todavia, não são frequentes demandas explícitas em relação a uma maior participação e inserção do público mais vulnerável da agricultura familiar ou da diversidade de formas familiares de produção e relacionamentos com a terra (extrativistas, quilombolas, indígenas, quebradeiras de coco babaçu, faxinalenses, catadoras de mangaba etc.).

As atividades produtivas financiadas pelo Pronaf

Os estudos rurais também têm apontado para as dificuldades do Pronaf em fortalecer um modelo de produção distinto daquele fomentado durante a modernização da agricultura. De acordo com Grisa, Wesz Jr. e Bucheitz (2014), milho, soja e café foram os principais produtos financiados pelo crédito de custeio no período de 1999 a 2012, contemplados com 68% dos recursos da modalidade. Em 2012, mais de 70% dos recursos de custeio agrícola foram aplicados nesses três cultivos, que geralmente estão associados à monocultura, às escalas de produção, à utilização de insumos modernos e à dependência de grandes empresas do sistema agroalimentar (GRISA, WESZ Jr. e BUCHEITEZ 2014; AQUINO E SCHNEIDER, 2010; TOLEDO, 2009; IBASE, 2006; GAZOLA e SCHNEIDER, 2005).

Visando minimizar este caráter produtivista do Pronaf, diversas linhas de financiamento foram criadas, como o Pronaf Agroecologia, Floresta e Eco⁴³, cuja emergência está associada principalmente às demandas de organizações agroecológicas (GRISA, 2012; ALMEIDA, 2009; WEID, 2006a; 2006b; 2010). No entanto, logo reivindicações da Fetraf-Brasil somaram-se nesse sentido, ainda que na ausência de críticas à concentração dos financiamentos na produção de commodities.⁴⁴

Dentre as reivindicações da Fetraf-Brasil na construção das “linhas verdes” do Pronaf (BRASIL, MDA, 2011) destacam-se: rebote de 50% do financiamento do Pronaf Agrofloresta, quando o investimento destinar-se à preservação permanente com árvores nativas e frutíferas, recuperação de matas ciliares e preservação de nascentes (FETRAF-BRASIL, 2005); ampliação dos recursos para o Pronaf Agroecologia, com juro zero e rebote de 20% dos contratos (FETRAF-BRASIL, 2007); criação de uma normatização técnica específica para os cultivos agroecológicos, que seja aceita pelo sistema bancário de crédito e pelo seguro agrícola, garantindo o uso de sementes crioulas e outros insumos agroecológicos para produção;

43 Conforme definições do Manual do Crédito rural, o Pronaf Agroecologia contempla beneficiários que apresentem projeto técnico ou proposta simplificada para sistemas de produção de base agroecológica ou em transição para sistemas de base agroecológica, ou ainda sistemas orgânicos de produção. A taxa de juros é de 2,5% a.a., sendo a assistência técnica obrigatória. O Pronaf Floresta financia atividades de agricultores familiares enquadráveis no Pronaf que apresentem projetos técnicos para sistemas agroflorestais, exploração extrativista ecologicamente sustentável, plano de manejo e manejo florestal, recomposição e manutenção de áreas de preservação permanente e reserva legal e recuperação de áreas degradadas, enriquecimento de áreas que já apresentam cobertura florestal diversificada, com plantio de uma ou mais espécies florestais, nativa do bioma. Os limites de financiamento são de até R\$ 27.500,00, com taxas de juros de 2,5% a.a. O Projeto Eco destina-se a agricultores familiares que apresentem projeto técnico para pequenos aproveitamentos hidroenergéticos; tecnologias de energia renovável, como uso da energia solar, da biomassa eólica, miniusinas de biocombustíveis e a substituição de tecnologia de combustível fóssil por renovável nos equipamentos e máquinas agrícolas; tecnologias ambientais, como estação de tratamento de água, de dejetos e efluentes, compostagem e reciclagem; projetos de adequação ambiental; adequação ou regularização das unidades familiares de produção à legislação ambiental; implantação de viveiros de mudas de essências florestais e frutíferas fiscalizadas ou certificadas; silvicultura geradora de produtos madeireiros e não madeireiro. O valor financiado pode chegar a R\$ 165.000,00, com taxas de juros de, no máximo, 5,5% a.a.. Nota sobre Pronaf Agroecologia, Floresta e Eco.

44 É importante destacar que, embora representantes da agricultura familiar questionassem o modelo de produção agrícola vigente durante as décadas de 1980/90 (CONTAG, 1994; 1984; CUT, 1995), essa dimensão foi minimizada durante o processo de negociação e de construção do Pronaf. A elaboração de uma primeira política diferenciada para a agricultura familiar e reivindicações de outras demandas imediatas prevaleceram na pauta das organizações sindicais da agricultura familiar, as quais buscavam com estas conquistas fortalecer os movimentos sociais e sindicais rurais (GRISA, 2012).

incentivo a regiões agroecológicas por meio da criação de uma linha de crédito específica para a constituição de regiões livres de agrotóxicos e livre de Organismos Geneticamente Modificados, com rebate de 30% no valor dos recursos recebidos individualmente, mais incentivos para investimentos coletivos na mesma proporção de rebate (FETRAF-BRASIL, 2009); criação de um Programa Nacional de Agroecologia que articule um conjunto de políticas públicas (inclusive o crédito rural), viabilizando sistemas de produção que impactem menos o meio ambiente e a saúde humana (FETRAF-BRASIL, 2009; 2011); garantia de R\$ 2 bilhões de reais/ano para o Pronaf Agroecologia, Agrofloresta e Eco (FETRAF-BRASIL, 2013); criação de um programa desbancarizado de financiamento da agricultura familiar, tanto para investimento como para custeio, particularmente para a produção agroecológica ou em transição, para a inclusão produtiva das mulheres e da juventude; criação de uma linha de crédito do Pronaf para a produção orgânica e de base agroecológica, para dar conta do Plano Nacional de Produção Orgânica e Agroecológica (Planapo) (FETRAF-BRASIL, 2015).⁴⁵

Apesar das reivindicações da Fetraf-Brasil, de outros movimentos sociais da agricultura familiar e de organizações agroecológicas, a participação das linhas Agroecologia, Floresta e Eco no Pronaf é ainda bastante tímida. Dados de Sambuiche et al. (2012) indicam que, entre as safras 2004/2005 e 2010/2011, foram realizados 16.418 contratos do Pronaf Floresta; 981 do Pronaf Agroecologia e 3.268 do Pronaf Eco. Segundo informações do Banco Central do Brasil, em 2015 foram realizados 1.530 contratos do Pronaf Floresta, 61 do Pronaf Agroecologia (localizados nas regiões sul, sudeste e nordeste) e 992 do Pronaf Eco. Trata-se de números modestos

45 Ao analisar o processo de incorporação da dimensão ambiental no sindicalismo da Fetraf no Sul do país, Picolotto e Brandenburg (2015) observaram que as interpretações sobre a questão ambiental sofreram transformações ao longo dos últimos 30-40 anos. “Se em um primeiro momento tendia a ser associado com as consequências negativas da modernização da agricultura, no período mais recente o tema ambiental vem sendo colocado no centro do projeto de agricultura do sindicalismo e passa a fomentar uma possível positivação do modelo de produzir da agricultura familiar” (PICOLOTTO e BRANDENBURG, 2015, p. 17). Pagamentos por serviços ambientais e agroecologia passaram a ser noções e demandas acionadas pela FETRAF Sul.

dada a magnitude do Programa. Observa-se, desse modo, a dificuldade do Pronaf se “esverdear” (WEID, 2010) e promover o desenvolvimento rural sustentável.

Se notamos atuação da Fetraf-Brasil na promoção dessas “linhas verdes”, podemos destacar protagonismo ainda maior da organização sindical na construção da linha Pronaf Sustentável⁴⁶. Em termos gerais, o Pronaf Sustentável articula a assistência técnica ao crédito rural para o conjunto das atividades do estabelecimento. Por meio de chamadas públicas de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) são contratados grupos de técnicos para atuarem em uma região específica, os quais realizam diagnóstico e planejamento comunitário participativo, fazem diagnóstico das unidades de produção (considerando o histórico e composição da família, fontes de renda, atividades desenvolvidas, condições ambientais da propriedade, acesso aos mercados etc.), georreferenciam os estabelecimentos rurais, planejam as atividades a serem desenvolvidas com o crédito rural, elaboram e enviam o projeto de financiamento ao agente financeiro, monitoram e fornecem orientação técnica. Realizado por meio de um aplicativo denominado “Sig@ Livre Sustentável”, este trabalho também considera os passivos ambientais dos estabelecimentos, cuja readaptação é incorporada no planejamento das atividades. Esta nova concepção e forma de atuação do Pronaf possibilitam uma articulação maior entre o crédito e a assistência técnica, permitem atendimento mais próximo das particularidades de cada região e dos estabelecimentos, e proporcionam a construção de um plano de desenvolvimento da unidade produtiva familiar que considera

46 Em 12 de junho de 2009, por meio do Decreto nº. 6.882, foi instituído o “Programa de Desenvolvimento Sustentável da Unidade de Produção Familiar”, o “PRONAF Sustentável”. O Plano Safra da Agricultura Familiar 2008/2009 já anunciava o início da implementação de “um novo modelo de PRONAF” — o “PRONAF Sistêmico”. Em 2009 esta nova modalidade do PRONAF foi institucionalizada com o nome de “PRONAF Sustentável”. Este foi criado com o objetivo de “[...] planejar, orientar, coordenar e monitorar a implantação dos financiamentos de agricultores familiares e assentados da reforma agrária, com enfoque sistêmico, no âmbito das modalidades de crédito rural do PRONAF” (BRASIL, Presidência da República, 2009). Considera-se enfoque sistêmico “[...] a capacidade de observar a propriedade rural como um todo, suas interfaces e potencialidades, permitindo que cada componente ou parte do conjunto que compõe o objetivo global do projeto de financiamento pelo PRONAF seja adequadamente definido, monitorado e avaliado, levando em conta fatores sociais, econômicos e ambientais.” (Brasil, Presidência da República, 2009).

as condições produtivas, sociais, econômicas, culturais e ambientais do estabelecimento em curto e longo prazo.

É fato que o financiamento para o conjunto das atividades do estabelecimento, e não apenas para um único produto, é uma reivindicação antiga das organizações sindicais da agricultura familiar (CONTAG, 1995; 1991; 1989; 1988; BRASIL-MAARA/CONTAG, 1994; Grito da Terra Brasil, 1995; 1994). Conforme expresso no II Grito da Terra Brasil (1995, p.08), reclamava-se a “concessão de crédito aos agricultores em regime de economia familiar, de forma global para a unidade produtiva, de modo a permitir o planejamento integrado da propriedade.” No entanto, a FETRAF-Brasil tornou-se protagonista na reivindicação e na proposição de novos formatos institucionais no interior do Pronaf que contemplassem o conjunto das atividades produtivas de forma sistêmica.⁴⁷

Na pauta de reivindicações de 2006, ainda de forma preliminar, a organização sindical demandou “transformar o Pronaf em um programa de desenvolvimento rural sustentável, tornando-o uma política pública permanente, que financie além da produção, o processamento, a organização dos agricultores, capital de giro e comercialização; instituição de contrato único para o conjunto dos produtos da propriedade familiar” (FETRAF-Brasil, 2006). Já em 2007, na III Jornada Nacional de Luta da Agricultura Familiar, a Fetraf-Brasil verbalizou a demanda pela criação de um Pronaf Sistêmico, o qual “[...] precisa articular o financiamento de um conjunto de ações na área da organização, produção, agroindustrialização, logística de infra-estrutura e comercialização. Portanto, um programa que integra e articula o conjunto dos fatores que envolvem a agricultura familiar, mas tendo foco e prioridade a produção de alimentos para o consumo humano

47 Se a demanda por um crédito sistêmico reemergiu principalmente a partir da atuação da Fetraf, a Contag não tardou a se manifestar. Nas pautas de reivindicações dos anos seguintes (CONTAG, 2008b; 2009; 2010; 2011), esta Confederação também passou a cobrar a criação e implementação do PRONAF Sustentável. Conforme expresso em documento, reivindicou “Criar no PRONAF a modalidade de Financiamento Integral da Unidade Familiar de Produção, destinando recursos para implantar 05 (cinco) projetos-piloto por unidade federativa, em 2009, sob coordenação do MSTTR.” (CONTAG, 2008b, p.02).

e a produção de auto-sustentação da família.” (FETRAF-BRASIL, 2007, p. 03). Compunha essa reivindicação a criação de um Grupo de Trabalho para a formação técnica, jurídica e financeira deste Programa, com implantação de projetos-pilotos no ano agrícola 2007/2008 e massificação no ano seguinte.

Em 2012, notícias veiculadas pelo MDA anunciavam que cerca de cinco mil unidades familiares de produção estavam sendo beneficiadas pela linha (BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2012). Tratava-se de experiências pontuais, em algumas regiões brasileiras, o que representava um percentual extremamente baixo em relação ao tamanho da agricultura familiar no país. Diante desse contexto, a Fetraf-Brasil passou a demandar mudanças no Pronaf sustentável e, de forma mais expressiva, “a implementação efetiva, desburocratizada e massiva do Pronaf Sustentável, com mecanismos que estimulem e garantam a diversificação produtiva e a transição agroecológica”, conforme expresso nas pautas de reivindicação de 2015, 2014, 2013, 2011 e 2010 (FETRAF-BRASIL, 2015; 2014; 2013; 2011; 2010).

A educação do campo como política pública para a agricultura familiar

O refrão da música de Gilvan Santos “não vou sair do campo pra poder ir pra escola, educação do campo é direito e não esmola” pode expressar o sentido da luta que os movimentos sociais do campo vêm travando por uma educação que dialogue com a realidade dos povos do campo e com um projeto de desenvolvimento sustentável, socialmente justo, capaz de proporcionar a permanência do jovem no meio rural. Com esse propósito, a educação, incluída como parte essencial em um projeto de desenvolvimento, não é um fim em si mesma, mas uma ferramenta estratégica

no processo de formação e tomada de consciência dos sujeitos que vivem no campo.

A Fetraf-Sul elaborou e aprovou, no II congresso, em 2007, o Projeto *Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário* (PADRSS), apontando para a necessidade da reforma agrária, o fortalecimento da agricultura familiar e a criação de políticas públicas na saúde, educação, habitação e crédito, entre outras ações do Estado, com o objetivo de criar as condições para a permanência dos agricultores familiares no meio rural.

O projeto de desenvolvimento sustentável e solidário tem como uma de suas preocupações centrais constituir relações harmônicas entre o ser humano e a natureza, e relações harmônicas entre os próprios seres humanos. Essas passam pela justiça social, pela distribuição da renda, da terra, pela realocação da riqueza no mundo, pela equidade no acesso aos fatores de produção, aos fatores de sobrevivência e aos serviços básicos necessários a uma vida digna (FETRAF-SUL, 2007, p. 14).

O terceiro eixo do projeto dizia respeito “à luta por avanços na democratização do Estado e na elaboração, disputa, negociação e implementação de políticas públicas que potencializem a valorização da agricultura familiar como protagonista social, econômico e político” (FETRAF-SUL, 2007, p. 35).

Sendo assim, de forma articulada, a criação da Educação do Campo como política pública específica para os povos do campo é resultado de uma construção coletiva que tem a participação de vários movimentos sociais do campo e, entre eles, está a Fetraf. Articulados, a Federação, a Via Campesina, o MST, a CONTAG, o movimento Indígena e Quilombola, entre outros, se valem de suas experiências educacionais e compreendem que a escola deve cumprir um papel fundamental no desenvolvimento socioeconômico do campo, tendo como consequência o estímulo à permanência no meio rural. A partir desse entendimento, passaremos a analisar o processo de criação da Educação do Campo como política pública, a

mudança conceitual e paradigmática entre a educação rural e a educação do campo, as diretrizes e as perspectivas do Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo).

Da Educação Rural à Educação do Campo

Em relação à educação como política pública, a Constituição de 1988, artigo 205, estabeleceu que a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família e será promovida e incentivada com colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Em se tratando da educação no meio rural, salientamos que ela foi historicamente marginalizada, criando uma fronteira entre o rural e o urbano, segregando e inferiorizando culturalmente a identidade dos sujeitos do campo (quilombolas, indígenas, pequenos agricultores, seringueiros e pescadores, que normalmente viviam em espaços marginais onde lhes era negado o direito de acesso às mais diferentes políticas públicas.

A educação rural não foi nem sequer mencionada nos textos constitucionais até 1891 (BRASIL 2002). De acordo com Leite (1999), a educação rural no Brasil, por motivos socioculturais, sempre foi relegada a planos inferiores, e teve por retaguarda ideológica o elitismo acentuado do processo educacional, aqui instalado pelos jesuítas e a interpretação político-ideológica da oligarquia agrária conhecida popularmente na expressão: “gente da roça não carece de estudos. Isso é coisa de gente da cidade”. (Anônimo apud LEITE, 1999, p. 14).

Até as primeiras décadas do século XX a educação era privilégio de poucos, sobretudo no meio rural. De acordo com o Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo (GPTE)⁴⁸, daquilo que seria um projeto

48 O GPTE foi instituído pelo Ministério da Educação em 03/06/2003, a partir do diagnóstico “Perfil da Educação no Campo”, elaborado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), referente ao sistema de ensino formal no meio rural e procurou levantar instrumentos para a construção de uma política pú-

educacional para o campo, o Estado brasileiro omitiu-se: (a) na formulação de diretrizes políticas e pedagógicas específicas que regulamentassem como a escola do campo deveria funcionar e se organizar; (b) na dotação financeira que possibilitasse a institucionalização e a manutenção de uma escola com qualidade em todos os níveis de ensino; (c) na implementação de uma política efetiva de formação inicial e continuada e de valorização da carreira docente no campo (BRASIL, 2005, p. 7).

A educação no meio rural não se constituiu historicamente em um espaço prioritário para uma ação planejada e institucionalizada do Estado Brasileiro. Isso privou a população do campo, especialmente a classe trabalhadora, de ter acesso às políticas e serviços públicos em geral. Esse fato contribuiu para o acelerado processo de êxodo rural, registrado a partir da década de 1950, acentuando-se ainda mais com a modernização agrícola e a industrialização urbana.

Nesse cenário de modernização agrícola, a partir do desenvolvimento urbano industrial, a educação rural não foi priorizada pelo Estado e os agricultores familiares enfrentaram o processo de destituição de sua identidade. Leite (1999) afirma que a educação rural vem capitulando programas educacionais via Ministério e Conselhos de Educação sem, contudo, estabelecer uma filosofia e/ou uma política específica para a escolaridade nas regiões rurais.

Compartilhamos de Arroyo, Caldart e Molina (2004a) quando afirmam que historicamente a escola no meio rural foi tratada como resíduo do sistema educacional brasileiro e à população do campo foi negado o acesso a uma educação sistêmica, ou seja, relacionada ao seu contexto sociocultural.

Se por um lado, no início da década de 1960, a perspectiva de uma educação popular com Paulo Freire ganhava força por estabelecer uma pedagogia voltada para as classes populares, por outro, com o golpe militar, em 1964, a política educacional passou a sofrer um processo de mudanças.

Canais de participação e representação popular foram fechados, impedindo a manifestação e atuação de educadores comprometidos com projetos educacionais a partir de uma visão histórico-crítica.

Nas décadas de 1970 e 1980, ainda sob a tutela dos governos militares, ocorreu a utilização do processo escolar como meio de controle político-ideológico e cultural, principalmente da classe operária, tanto do campo quanto da cidade, por meio da profissionalização e do currículo escolar mínimo desprovido de um conteúdo crítico-reflexivo.

As reações ao autoritarismo praticado pelo regime militar, seja no campo político com a luta pela redemocratização, quanto no campo educacional, por mudanças no sistema de ensino, abriram novas perspectivas para a educação. Experiências de educação popular passaram a existir em diferentes regiões do Brasil a partir do início dos anos 1980, conquistando espaço na Constituição de 1988, culminando com a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9394/96) que propõe, no artigo 28, diretrizes sobre a educação para a população do meio rural:

Na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias a sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I — conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II — organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III — adequação à natureza do trabalho na zona rural. (BRASIL/MEC, LDB 9.394/96, art. 28).

Desse modo, a LDB promoveu a desvinculação da escola rural dos meios e da performance escolar urbana, exigindo um planejamento ligado à realidade do campo. No entanto, alguns problemas relacionados à escola no meio rural ainda eram visíveis durante a década de 1990, conforme menciona Leite:

1. Quanto à clientela da escola rural: a condição do aluno como trabalhador rural; distâncias entre locais de moradia/trabalho/escola; heterogeneidade de idade e grau de intelectualidade; baixas condições aquisitivas do alunado; acesso precário a informações gerais. 2. Quanto à participação da comunidade no processo escolar: um certo distanciamento dos pais em relação à escola, embora as famílias tenham a escolaridade como valor sócio-moral; 3. Quanto à ação didático-pedagógica: currículo vistas à realidade urbana; estruturação didático-metodológica deficiente; salas multisseriadas; calendário escolar em dissonância com a sazonalidade da produção; ausência de orientação técnica e acompanhamento pedagógico; ausência de material de apoio escolar tanto para professores quanto para alunos; [...] (1999, p. 55-56).

Diante dessa problemática, Arroyo, Caldart e Molina (2004b) afirmam que, nas últimas décadas do século XX, assistimos a uma instigante presença dos sujeitos do campo na cena política e cultural do País, como os movimentos sociais do campo. Tais sujeitos denunciam o silenciamento e o esquecimento por parte dos órgãos governamentais e lutam por uma escola do campo que não seja apenas um arremedo da escola urbana, mas, sim, uma escola que esteja atenta aos seus sujeitos específicos.

É salutar considerar que na luta pela redemocratização, nos anos 1980 e 1990, a educação, baseada nos princípios populares de Paulo Freire, constituiu-se uma estratégia para a emancipação e a cidadania dos sujeitos que viviam no campo. Nesse sentido, as experiências educacionais desenvolvidas em acampamentos e assentamentos de reforma agrária, a partir do início da década de 1980, buscavam articular os saberes populares e as experiências cotidianas com aspectos da conjuntura social, política e econômica do país.

No interior do debate, acerca da identidade da educação escolar rural, Silva e Costa (2006) diferenciam o paradigma da educação rural do paradigma da educação no campo. Segundo as autoras, o paradigma da educação rural apoia-se em uma visão tradicional do espaço rural no País e não se propõe a fazer as inter-relações emergentes da sociedade brasileira,

nem incorporar as demandas trazidas à sociedade por movimentos sociais e sindicais que exigem a valorização das especificidades do meio rural. Esse modelo de educação rural torna-se um instrumento de reprodução e expansão de uma estrutura agrária concentradora. Os trabalhadores rurais e suas técnicas são vistos como improdutivos, excluídos, e seus territórios não existem porque não são entendidos como territórios de vida.

O paradigma da educação do campo concebe o campo como espaço de vida e resistência, onde camponeses lutam por acesso à terra e pela oportunidade de permanecer nela. Concebe a diversidade dos sujeitos sociais — agricultores familiares, assentados, ribeirinhos, caiçaras, extrativistas, pescadores, indígenas, remanescentes de quilombos, enfim, todos os povos do campo brasileiro. Reconhece a importância da agricultura familiar ao reconhecer a diversidade do campo brasileiro. Além disso, no processo de redemocratização do Brasil, fortaleceram-se as lutas e a organização dos diferentes tipos de movimentos sociais, dentre eles, os organizados no campo, cujas agendas de reivindicações previam a extensão de direitos, como a educação.

A Educação do Campo como direito

A conquista da educação do campo nos anos 2000, tendo o protagonismo dos movimentos sociais do campo, foi antecedida pela compreensão de que um projeto alternativo de desenvolvimento só poderia ter êxito se as pessoas estivessem como seu elemento central. Portanto, o embasamento teórico foi importante no processo de organização social e político desenvolvido entre os agricultores familiares nas décadas 1980 e 1990, e o tema da educação precede do entendimento, compartilhado por Paulo Freire, que a educação por si só não transforma a sociedade, mas igualmente a sociedade só se transforma com a presença da educação. Ou seja, falar de educação é falar de emancipação e cidadania.

Nesse sentido, a conquista de direitos políticos, como o direito ao voto, com a redemocratização do Brasil, na década de 1980, impõe-se como limite à construção cidadã dos trabalhadores tanto do campo quanto da cidade, pois o exercício do voto não resultou necessariamente da existência de governos atentos aos problemas básicos da população, isto é, a conquista do direito político não significou a garantia dos direitos civis e sociais.

Nessa mesma direção, o cientista político e historiador José Murilo de Carvalho, ao desenvolver sobre o tema cidadania, faz referência à evolução histórica da cidadania no Brasil e de suas perspectivas enfatizando que o cidadão pleno seria aquele portador dos direitos civis, políticos e sociais, classificando-os da seguinte forma:

Direitos civis são os direitos fundamentais à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei. Eles se desdobram na garantia de ir e vir, de escolher o trabalho, de manifestar o pensamento, de organizar-se.... Sua pedra de toque é a liberdade individual. É possível haver direitos civis sem direitos políticos. Estes se referem à participação do cidadão no governo da sociedade. Seu exercício é limitado a parcela da população e consiste na capacidade de fazer demonstrações políticas, de organizar partidos, de votar, de ser votado. Se puder haver direitos civis sem direitos políticos, o contrário não é viável. E os direitos sociais garantem a participação na riqueza coletiva, eles incluem o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, à aposentadoria. A ideia central em que se baseiam é a da justiça social (CARVALHO, 2008, p. 9).

Tornou-se um discurso recorrente no Brasil entre os movimentos sociais, bem como no meio acadêmico, que educação e cidadania andam juntas, e a história tem mostrado que a ausência de uma educação libertadora tem efeito devastador para a formação sociopolítica das classes subalternas, que ficam refém da manipulação midiática patrocinada por veículos de comunicação de massa. Compartilhamos do pensamento de Guido (2007) ao afirmar: “quando se insiste no mote Educação e Cidadania é porque a sociedade ainda carece desses fatores vitais, em particular

no espaço rural essa carência se torna ainda mais evidente uma vez que a educação oferecida historicamente esteve pautada em conteúdos voltados para o contexto urbano”.

Contrapondo a concepção de uma educação tecnicista, formadora de mão de obra para o mercado de trabalho sem uma formação teórico-crítica, os movimentos⁴⁹ sociais do campo têm desempenhado um papel fundamental na luta por uma educação que dialogue com o desenvolvimento sustentável das regiões onde os povos estejam inseridos socialmente.

O Projeto Terra Solidária (PTS)

A construção da proposta da Educação do Campo já nos anos 2000 recebeu a significativa contribuição de experiências educacionais desenvolvidas entre os movimentos sociais do campo nas décadas anteriores. Podemos destacar a proposta pedagógica de Paulo Freire desenvolvida através das experiências de educação popular a partir dos anos de 1960, a pedagogia da terra, desenvolvida em acampamentos e assentamentos da reforma agrária na década de 80 e 90.

Uma das principais contribuições do sindicalismo da agricultura familiar na perspectiva da educação do campo se deu com o Projeto Terra Solidária (PTS), criado em 1999 pelo Fórum Sul dos Rurais da CUT (que antecedeu a Fetraf-Sul/CUT), em parceria com a Escola Sindical Sul e o Departamento e Estudos Socioeconômicos Rurais (DESER), e executado até 2006 com recursos públicos, especificamente do Fundo de Amparo ao Trabalhador no âmbito do Plano Nacional de Formação Profissional, por meio de parceria com os governos federal e dos três estados da região Sul.

49 O movimento “Por uma educação do campo” é um coletivo nacional constituído por diferentes movimentos sociais do campo que debatem e discutem uma proposta de educação para a população do campo que prime pelas suas especificidades culturais, sociais e econômicas. Suas proposições estão representadas aqui pelos textos de Arroyo, Caldart, Molina (2004) e Fernandes, Cerioli, Caldart (2004).

A base legal do projeto Terra Solidária foi a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), que prevê a criação de formas alternativas de acesso à educação básica, contemplando, por meio da educação de jovens e adultos, aqueles que não a completaram na idade própria e respeitando características, interesses, condições de vida e de trabalho deles, o que inclui as peculiaridades do meio rural (BRASIL, 1996).

A partir da realidade das famílias agricultoras e com a participação delas no processo educacional, o projeto Terra Solidária⁵⁰ buscava repensar o modelo de sindicalismo rural, estimulando o desenvolvimento sustentável solidário e agroecológico, a geração de trabalho e renda e a consolidação da agricultura familiar e suas formas organizativas (FETRAF-SUL/CUT; ESCOLA SINDICAL SUL; DESER, 2001, 2002).

Denominada “currículo integrado”, a proposta curricular envolvia a formação fundamental e a qualificação profissional, que estavam integradas em um processo de ação-reflexão-ação de modo a articular as dimensões da prática social, do mundo do trabalho e do conhecimento acumulado pela humanidade.

A história do desenvolvimento agrário no Brasil e a construção de um projeto de desenvolvimento sustentável e solidário formavam o eixo articulador do currículo do PTS. A ação pedagógica se efetivava através da docência dos diferentes conhecimentos por um/a único/a educador/a que buscava fazer relações entre diferentes áreas a fim de garantir a integralidade do conhecimento e potencializar o fazer político-pedagógico em busca da construção de uma práxis emancipatória (FETRAF-SUL/CUT; ESCOLA SINDICAL SUL; DESER, 2001).

O PTS orientava-se pelos princípios da Política Nacional de Formação da CUT, assim definidos: “classista e de massas” (a capacitação dos

50 O PTS tem a duração de 900 horas, desenvolvidas em 18 meses, sendo composto por “curso básico” (atividades realizadas em físico comum a todos — “sala de aula”) e “oficinas pedagógicas” (atividades que envolvem famílias, comunidades, instituições e sociedade civil, com o objetivo de geração de emprego e renda na perspectiva do desenvolvimento sustentável e solidário). A certificação dos participantes se dá em nível de Ensino Fundamental com a terminalidade de “agente de desenvolvimento (FETRAF-SUL/CUT; ESCOLA SINDICAL SUL; DESER, 2001).

trabalhadores para a organização e a ação sindical, fruto da consciência de classe); “indelegável” (a formação é uma política permanente da CUT e sua formulação, execução e sustentação financeira é de responsabilidade dela); “democrática, plural e unitária” (a formação deve estimular o debate entre as diversas correntes de opinião e buscar uma ação unificada e fortalecedora da “identidade do ser cutista”); “unificada e descentralizada” (a formação deve ser uma política unificada em termos de concepção, mas descentralizada no sentido de considerar as especificidades regionais); e “integralidade do ser humano” (o trabalhador é “um ser com múltiplas dimensões” e as práticas educativas devem considerá-las). (FETRAF-SUL/CUT; ESCOLA SINDICAL SUL; DESER, 2001, p. 192).

A partir do entendimento da Fetraf-Sul, no período entre 2003 a 2006, durante o primeiro mandato do governo Lula, ocorreram avanços na conquista de políticas públicas voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar: políticas agrícolas, habitacional, previdência social, de saúde e de educação. Sobre esta última, a organização sindical atuava na execução de projetos próprios (“Terra Solidária”, “Consórcio Social da Juventude Rural — Sementes da Terra” e “Mulher”) e na discussão de políticas públicas de Educação do Campo.

A Fetraf-Sul apresentava um conjunto de medidas para avançar nas “mudanças estruturais”, entre elas: aumento dos investimentos nas políticas sociais, a fim de “aprofundar a inclusão social” e “diminuir a pobreza”; e aprofundamento dos canais de participação popular na definição das políticas públicas. Diante desse cenário, os movimentos sociais precisariam assumir uma postura não “do contra”, mas propositiva, num “patamar superior de disputa”, pois o contexto político oportunizava o avanço na implementação de um conjunto de políticas públicas, entre elas a de educação, de mudança do “atual padrão hegemônico de desenvolvimento rural”.

Diretrizes da Educação do Campo

É recorrente no debate educacional que a educação se constituiu uma ação estratégica para a emancipação e a cidadania dos sujeitos que vivem ou trabalham no campo e que pode colaborar para o desenvolvimento sustentável. É possível considerar a riqueza de saberes que essa população rural produz nas suas experiências cotidianas e que a agenda de trabalho para discutir e subsidiar a construção de uma política de Educação do Campo incorpore o respeito à diversidade cultural. O campo é, acima de tudo, espaço de cultura singular, rico e diverso. Assim, é importante a superação da dicotomia entre o rural e o urbano (ARROYO, CALDART e MOLINA, 2004c).

Com o propósito de desenvolver ações educacionais específicas para as populações do campo, em 20 de março de 2012 foi criado o Programa Nacional de Educação do Campo — Pronacampo⁵¹. O Art. 1º define que a política de educação do campo destina-se à ampliação e qualificação da oferta de educação básica e superior às populações do campo e será desenvolvida pela União em regime de colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, de acordo com as diretrizes e metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação e o disposto neste Decreto.

51 O Pronacampo foi construído por um Grupo de Trabalho coordenado pelo MEC/SECADI, formado pelo Conselho dos Secretários Estaduais de Educação (CONSED, União dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG), Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Sem Terra (MST), Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (FETRAF), Rede de Educação do Semi-Árido Brasileiro (RESAB), Universidade de Brasília (UNB) e Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), atendendo a demandas dos sistemas de ensino e dos movimentos sociais. § 1º Para os efeitos deste Decreto, entende-se por: I – populações do campo: os agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural; e II – escola do campo: aquela situada em área rural, conforme definida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou aquela situada em área urbana, desde que atenda predominantemente a populações do campo. § 2º Serão consideradas do campo as turmas anexas vinculadas a escolas com sede em área urbana, que funcionem nas condições especificadas no inciso II do § 1º. § 3º As escolas do campo e as turmas anexas deverão elaborar seu projeto político pedagógico, na forma estabelecida pelo Conselho Nacional de Educação. § 4º A educação do campo concretizar-se-á mediante a oferta de formação inicial e continuada de profissionais da educação, a garantia de condições de infraestrutura e transporte escolar, bem como de materiais e livros didáticos, equipamentos, laboratórios, biblioteca e áreas de lazer e desporto adequados ao projeto político pedagógico e em conformidade com a realidade local e a diversidade das populações do campo.

Um dos pilares do Pronacampo (2012) refere-se aos princípios pedagógicos e a identidade da escola do campo, que estão assim definidos no art. 2º do Programa:

- a. Respeito à diversidade do campo em seus aspectos sociais, culturais, ambientais, políticos, econômicos, de gênero, geracional e de raça e etnia.
- b. Incentivo à formulação de projetos político-pedagógicos específicos para as escolas do campo, estimulando o desenvolvimento das unidades escolares como espaços públicos de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o desenvolvimento social, economicamente justo e ambientalmente sustentável, em articulação com o mundo do trabalho.
- c. Desenvolvimento de políticas de formação de profissionais da educação para o atendimento da especificidade das escolas do campo, considerando-se as condições concretas da produção e reprodução social da vida no campo.
- d. Valorização da identidade da escola do campo por meio de projetos pedagógicos com conteúdos curriculares e metodologias adequadas às reais necessidades dos alunos do campo, bem como flexibilidade na organização escolar, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas.
- e. Controle social da qualidade da educação escolar, mediante a efetiva participação da comunidade e dos movimentos sociais do campo.

A partir da perspectiva de que o campo é território de produção de vida, de relações sociais, entre homem e a natureza, entre rural e urbano, faz-se necessária uma concepção teórica assentada em fundamentos filosóficos, históricos e sociológicos que permitam articular o pensar e o fazer pedagógico, com a construção de alternativas de desenvolvimento sustentável das comunidades do campo. Trata-se de criar alternativas de organização curricular e do trabalho docente que viabilizem uma alternativa educacional-formativa no que se refere aos anos finais do ensino

fundamental e ao ensino médio, respondendo às orientações básicas propostas pelo Edital 02/2012 SECADI/SESU/SETEC — MEC:

- a. O curso considera a perspectiva da interdisciplinaridade, que se caracteriza como uma estratégia de integração metodológica, seja para fins tecnológicos, epistemológicos ou pedagógicos, podendo gerar novos campos de conhecimento ou procedimentos inovadores para responder a novas necessidades sociais.
- b. Organizar os componentes curriculares em áreas do conhecimento de forma interdisciplinar, de modo que os estudantes possam vivenciar na prática de sua formação a lógica do trabalho pedagógico para o qual estão sendo preparados.
- c. Organizar metodologicamente o currículo por alternância entre Tempo/Espaço e Universidade e Tempo/Espaço Comunidade, a fim de permitir o necessário diálogo entre saberes técnico-tecnológicos e saberes das tradições culturais oriundos das experiências de vida no campo.

A educação do campo tem a missão de resgatar os valores camponeses do respeito à diversidade, constitutivo dos processos sociopolíticos, ecológicos e culturais. É nesse sentido que a transformação paradigmática deve estabelecer-se como princípio fundante da transformação. Sabe-se que a educação, efetivamente, não é o único caminho para a transformação social, mas talvez, hoje, seja o mais importante deles. Sobretudo deve ser educação no sentido amplo do processo de formação humana, que constrói referências culturais, políticas, sociais e ecológicas, possibilitando que as pessoas se tornem sujeitos sociais na realidade e não sujeitos à realidade. Assim, “A Educação do Campo compreende os processos culturais; as estratégias de socialização; as relações de trabalho vividas pelos sujeitos do campo em suas lutas cotidianas para manter esta identidade, como elementos essenciais de seu processo formativo” (MOLINA et al., 2009, p. 18).

Nesse sentido, Caldart (2015) destaca que a Educação do Campo surgiu com o objetivo principal de associar lutas de diferentes sujeitos com interesses sociais comuns, no movimento entre a luta por direitos feita diretamente por quem se percebe excluído deles e a luta comum entre diferentes sujeitos, inclusive aqueles que já têm atendido esse direito por políticas que garantam o acesso e a qualidade social da educação.

O tratamento público da Educação do Campo é o tema abordado por Arroyo (2011), ao reconhecer que a trajetória dos movimentos sociais do campo avança na consciência de uma educação como direito público, que se contrapõe a uma educação rural que reproduz o uso privado do que é público e atrela a educação ao mercado. Seu texto é propositivo e instigador para pensarmos que o reconhecimento da Educação do Campo como política pública implica o reconhecimento das potencialidades de desenvolvimento do campo, construído a partir da luta camponesa, com toda sua especificidade, singularidade, mas também com sua diversidade e suas tensões.

O Pronacampo é o reconhecimento por parte do Estado de sua responsabilidade em criar e implementar mecanismos que garantam a manutenção e o desenvolvimento da educação do campo com o objetivo de superar as defasagens históricas de acesso à educação escolar pelas populações do campo, visando: I – reduzir os indicadores de analfabetismo com a oferta de políticas de educação de jovens e adultos, nas localidades onde vivem e trabalham, respeitando suas especificidades quanto aos horários e calendário escolar; II – fomentar educação básica na modalidade Educação de Jovens e Adultos, integrando qualificação social e profissional ao ensino fundamental; III – garantir o fornecimento de energia elétrica, água potável e saneamento básico, bem como outras condições necessárias ao funcionamento das escolas do campo; IV – contribuir para a inclusão digital por meio da ampliação do acesso a computadores, a conexão à rede mundial de computadores e a outras tecnologias digitais, beneficiando a comunidade escolar e a população próxima às escolas do campo.

Considerando que a Educação do Campo se constrói no próprio campo, o Projeto Político da Educação do Campo precisa ser construído com as novas relações entre os sujeitos da educação e aqueles que vivem no campo (seus conhecimentos e saberes) e dos novos pactos entre Estado, escola e sociedade.

A transversalidade entre Educação do Campo e Pronaf a partir da Fetraf-Brasil

Tratar do tema da educação na perspectiva do desenvolvimento é uma construção que perpassa as fronteiras da escola e atinge a dimensão do trabalho e da emancipação dos sujeitos do desenvolvimento, nesse caso, dos agricultores familiares. Paulo Freire (2000) já destacava que se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda. Nessa direção, a escola é um instrumento fundamental na construção de um novo modelo de desenvolvimento para o campo.

A trajetória de lutas pelo direito às políticas públicas e o reconhecimento da agricultura familiar a partir de meados dos anos 1990 foram elementos importantes na construção da cidadania entre os agricultores familiares e na construção de propostas no campo educacional.

Desenvolveu-se, desse modo, na Fetraf-Brasil, a ideia que a educação/formação é uma das estratégias para a construção de um modelo de desenvolvimento, alternativo, sustentável e solidário. Essa concepção estende-se à educação escolar, o que evidencia que a escola deve atuar no sentido de promover e preservar a cultura camponesa, contribuindo para a reversão da tendência de esvaziamento do meio rural.

O programa Terra Solidária foi um dos programas educacionais da FETRAF que visava à formação integral dos agricultores familiares, conjugando a certificação em ensino fundamental, a qualificação

profissional, a formação sindical e a formação para a cidadania. (FETRAF-SUL/CUT, 2007).

A transversalidade entre educação e outras políticas podem ser identificadas através das ações da organização sindical (FETRAF-SUL/CUT, 2010, p. 20) para o período 2010 a 2015 descritas da seguinte forma:

- a. **assistência técnica:** luta pela constituição de uma política nacional “permanente e consistente”, que considere a agricultura familiar como “condição estratégica” para o desenvolvimento sustentável, solidário e democrático, que se efetive por meio de instrumentos de estímulo, de fomento, de regulação e de proteção, ou seja, o Estado deve garantir “[...] um conjunto articulado de políticas públicas direcionadas para a agricultura familiar, que garantam renda, cidadania, dignidade e qualidade de vida, com destaque particular para a juventude e para as mulheres.”
- b. **educação e capacitação profissional:** “políticas estratégicas”, fundamentos da transformação social e na vida das famílias agricultoras, que lutam pela “valorização de sua identidade” e por um “novo projeto de desenvolvimento”. A proposta central de educação da entidade dirigida ao Estado é repetida do II Congresso, ou seja, a educação novamente é associada ao projeto de desenvolvimento, porém dessa vez se explicita também como elemento de construção da cidadania.

A organização sindical reitera o dever do Estado de garantir educação de qualidade e entende que as suas experiências na elaboração e na implementação de uma educação que contemple a realidade da população rural e da agricultura familiar, como é o caso do Projeto Terra Solidária, sejam assimiladas pelo Estado como política pública.

O documento descreve ainda: formação na temática ambiental; formação para a atuação no controle social das políticas de saúde e na formulação de políticas dessa área para a população do campo; celebração de convênios com escolas agrotécnicas para “avançar no ensino médio profissionalizante”; “participação incisiva” na construção da “Universidade

Federal da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul”; realização de parcerias com instituições de ensino superior para desenvolver cursos de pós-graduação lato sensu; intervenção em espaços públicos de discussão para proposição e disputa de políticas públicas de educação do campo; construção de um instituto de formação da Fetraf-Sul voltado à educação e à qualificação profissional da agricultura familiar.

Nessa perspectiva, a Federação já definia em seu estatuto, artigo 5, inciso VI, dentre suas finalidades fundamentais: “fortalecer a relação do sindicalismo cutista com os movimentos sociais, cooperativas que tenham por base da sua ação a valorização e fortalecimento da agricultura familiar e a construção de um desenvolvimento sustentável e solidário, visando a unificação e ampliação das forças e a conquista de políticas públicas.” (FETRAF, 2001a, p. 04)

A educação do campo e o tema do desenvolvimento, articulados com o crédito, avançaram de forma conjunta entre as demandas da Fetraf-Brasil para os jovens, como público prioritário visando sua permanência no meio rural.

O Pronaf⁵² jovem é um exemplo da articulação entre a educação e o crédito, demanda da Fetraf-Brasil assim definida: que a União assumisse a responsabilidade dos riscos referentes aos recursos aplicados no Pronaf Jovem (FETRAF-BRASIL, 2005); eliminação da exigência de que o jovem tenha concluído ou esteja cursando o último ano em centros familiares de formação por alternância, ou em escolas técnicas agrícolas de nível médio ou que tenha participado de curso de formação profissional (Fetraf-Brasil, 2006); garantia de programas de capacitação para jovens para que possam

52 São beneficiários do Pronaf Jovem aqueles jovens com idade entre 16 e 29 anos, enquadráveis no Pronaf, e que tenham concluído ou estejam cursando o último ano em centros familiares rurais de formação por alternância; tenham concluído ou estejam cursando o último ano em escolas técnicas agrícolas de nível médio, ou, ainda, há mais de um ano, curso de Ciências Agrárias ou Veterinária em instituições de ensino superior; tenham orientação e acompanhamento de empresa de assistência técnica e extensão rural reconhecida pelo MDA e pela instituição financeira; e tenham participado de cursos de formação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) ou do Programa Nacional de Educação no Campo. Esses jovens são contemplados com crédito de investimento no limite de até R\$ 16.500,00, com taxa efetiva de juros de 2,5% a.a., e prazo de pagamento de até 10 anos, incluídos até três anos de carência.

acessar com qualidade o Pronaf (FETRAF-BRASIL, 2007); juro zero para o Pronaf Jovem (FetraF-Brasil, 2008); criação de um programa de inclusão socioproductiva da juventude da Agricultura Familiar, que articule a capacitação profissional, o acesso à terra (reforma agrária e crédito fundiário), ao crédito (Pronaf Jovem), à cultura, ao lazer e à inclusão digital, ao acompanhamento técnico (ATER) e às políticas de apoio à preservação da ecobiodiversidade, dentre outras (FETRAF-BRASIL, 2012); a construção de um Plano Nacional de Sucessão na Agricultura Familiar com o objetivo de incentivar os jovens a permanecerem no meio rural, articulando acesso à terra (crédito fundiário), à moradia, ao crédito de produção (custeio e investimento), à assistência técnica e extensão rural e aos serviços de infraestrutura (energia, internet e telefonia) (FETRAF-BRASIL, 2014).

No campo das políticas públicas de educação, diante da histórica omissão do Estado brasileiro no que tange à criação de políticas específicas para o campo, observamos a insuficiente proposição dos governos que historicamente pensaram a educação no meio rural, seguindo diretrizes de uma educação urbana, desvinculada da realidade dos sujeitos do campo.

Contrapondo a histórica concepção educacional do Estado brasileiro, o II congresso da Fetraf-Sul, em 2007, foi um marco para a definição do papel da educação no âmbito da agricultura familiar. A entidade mostrou-se habilitada para contribuir com a construção de uma educação voltada para a realidade das famílias agricultoras. Por um lado, criticou o modelo da “escola rural” por seu atrelamento à lógica da escola urbana e pelo compromisso com o projeto de desenvolvimento capitalista e, por outro, propôs a Educação do Campo, cujo projeto político-pedagógico valoriza a cultura camponesa e fortalece um projeto transformador.

Nessa direção, o Projeto Terra Solidária contempla a necessária articulação da educação e da formação para a construção de um projeto de desenvolvimento alternativo ao do agronegócio, o que exige a correlata formulação de uma metodologia de educação de jovens e adultos que considere a realidade do meio rural, especificamente das famílias agricultoras.

Assim, o PTS propõe-se a ser não apenas uma metodologia de educação para as famílias agricultoras, mas para o meio rural, pois agrega à concepção de educação/formação a concepção de um projeto de sociedade e de desenvolvimento sustentável e solidário, de base agroecológica e com enfoque territorial.

Em uma análise mais específica da atuação da Fetraf-Brasil em relação ao Pronaf, as reivindicações situam-se predominantemente no âmbito da ampliação dos recursos disponíveis e aperfeiçoamentos em termos institucionais para ampliar a participação principalmente dos jovens e das mulheres rurais; de alterações para que o programa atue de forma sistêmica, considerando o conjunto das atividades e características das unidades produtivas; da promoção da agroecologia; e da articulação do Pronaf com outras políticas públicas na construção do desenvolvimento rural e na potencialização do próprio programa.

Nesse sentido, além da dimensão econômica, a Fetraf-Brasil pontua a existência de outras dimensões da vida das famílias agricultoras. Por isso, reivindica que as políticas públicas considerem não apenas a dimensão da produção econômica, mas que pressionem o Estado para o atendimento de outras dimensões — cultural, de relações comunitárias, da história. E, nesse sentido, a educação do campo assume um papel estratégico e articulador dessas diferentes dimensões.

Não se evidenciam demandas por maior participação dos agricultores familiares em maior vulnerabilidade social ou de grupos sociais que compõem a diversidade da categoria social. Essas ausências provavelmente estão relacionadas com as características da base social da Fetraf-Brasil, a qual, segundo Conti (2016) e Picolotto (2011), contempla uma agricultura familiar mais consolidada, que possui terra, produz e encontra-se articulada com o mercado, geralmente inserida em processos produtivos com algum grau de integração com agroindústrias ou cooperativas, necessitando de políticas públicas que auxiliem a melhorar as condições produtivas e a qualidade de vida.

Também é salutar pontuar que a participação dos/as agricultores/as familiares na discussão e na luta por políticas públicas ainda está muito centrada na questão econômica, talvez por serem as mais urgentes, perceptíveis e mobilizadoras. Assim, parece que a educação se coloca como o algo a mais, o que falta para garantir a permanência das famílias no meio rural, especialmente dos jovens, que são aqueles que podem garantir a sucessão, a reprodução da cultura e da vida nesse meio.

Como evidenciado, a construção das políticas públicas resulta da interação entre Estado e organizações sociais e sindicais da agricultura familiar, em um processo que perpassa protestos, reivindicações e proposições, cooperação e diálogos. Sendo assim, a construção e as mudanças na política pública não decorrem apenas de ideias e de interesses dos gestores públicos, mas das negociações e pressões entre gestores públicos e representações da agricultura familiar.

REFERÊNCIAS

- ABERS, Rebecca; SERAFIM, Lizandra; TATAGIBA, Luciana. Repertórios de integração estado-sociedade em um estado heterogêneo: a experiência na era Lula. *Dados*, v. 57, n. 2, 2014.
- ABRAMOVAY, Ricardo; PIKETTY, Marie-Gabrielle. Política de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): resultados e limites da experiência brasileira nos anos 90. *Cadernos de ciência & tecnologia*, v. 22, n. .1, p. 53-66, jan./abr. 2005.
- ABRAMOVAY, Ricardo; VEIGA, José E. *Novas instituições para o desenvolvimento rural: o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)*. Brasília/DF: IPEA, 1999. (Texto para Discussão, 641).
- ALMEIDA, Silvio G. Construção e desafios do campo agroecológico brasileiro. *Agriculturas*, v. 6, número especial, p. 67-84, 2009.
- AQUINO, Joacir; SCHNEIDER, Sergio. O Pronaf e o desenvolvimento rural brasileiro: avanços, contradições e desafios para o futuro. In: GRISA, Catia;

SCHNEIDER, S. *Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil*. Porto Alegre-RS: UFRGS, 2015.

_____. 12 anos da política de crédito do PRONAF no Brasil (1996-2008): uma reflexão crítica. In: *Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural*, 8, 2010, Porto de Galinhas, *Anais...* Porto de Galinhas-PE: ALASRU, 2010.

ARROYO, Miguel Gonzalez. A educação básica e o movimento social do campo. In: ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna. *Por uma educação do campo*. Petrópolis: Vozes, 2004.

_____. Educação do campo: o que temos a aprender. *Presença Pedagógica*, Belo Horizonte, v. 15, n. 90, p. 36-41, nov./dez. 2009.

BELIK, Walter. PRONAF: avaliação da operacionalização do programa. In: CAMPANHOLA, Clayton; GRAZIANO DA SILVA, José. *O novo rural brasileiro: políticas públicas*. Jaguariúna-SP: EMBRAPA Meio Ambiente, 2000. p. 93-115.

BIANCHINI, Valter. *20 do pronaf: 1995:2015: avanços e desafios*. Brasília: MDA, 2015.

_____. *O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar — PRONAF e a sustentabilidade da agricultura no Vale do Ribeira — Paraná*. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) — Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento (MADE/UFPR). Curitiba (PR), 2010.

BOLTER, Jairo. A.G. *Interfaces e cogestão nas políticas para agricultura familiar: uma análise do Programa Nacional de Habitação Rural*. Tese (Tese de Doutorado em Ciências Sociais) — Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural/UFRGS, 2013.

BRASIL, MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. *Plano safra da agricultura familiar 2011/2012: alimentos saudáveis para o campo e para a cidade*. Brasília (DF): MDA, 2016.

_____. Crédito leva desenvolvimento ao meio rural. Entrevista João Guadagnin. 2015. Disponível em: <www.mda.gov.br>. Acesso em: 27 ago. 2016.

_____. *MDA publica metodologia do PRONAF Sustentável para orientar agricultores*. Notícias. 20/01/2012. 2012. Disponível em: <www.mda.gov.br>. Acesso em: 19 mar. 2012.

_____. *Plano safra da agricultura familiar 2011/2012: a agricultura familiar alimenta o Brasil que cresce*. Brasília (DF): MDA, 2011.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Decreto nº. 6.882 de 12 de junho de 2009*. Institui, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Programa de Desenvolvimento Sustentável da Unidade de Produção Familiar — PRONAF Sustentável e dá outras providências. Brasil, 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6882.htm>. Acesso em: 03 out. 2011.

BRASIL. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2015.

_____. *Lei nº 13.005*, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm>. Acesso em: 20 mar. 2015.

BRASIL-MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO ABASTECIMENTO E DA REFORMA AGRÁRIA(MAARA)/CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA(CONTAG). *Propostas e recomendações de política agrícola diferenciada para o pequeno produtor rural*. Brasília (DF): MAARA/CONTAG, 1994.

BURIGO, Fabio L.; CAPELLESSO, Adinor J.; CAZELLA, Ademir A. Evolução do Pronaf crédito no período 1996-2013: redimensionando o acesso pelos cadastros de pessoa física. In: *53º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural*. João Pessoa, 2015.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Da escola rural de emergência à escola de ação comunitária. In: ARROYO, Miguel Gonzalez (Org.) *Da Escola Carente à Escola Possível*. 6. ed. São Paulo-SP: Loyola, 2003.

BRASIL. *Lei no 9394/96*. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Nova LDB. Rio de Janeiro: Qualithmark, 1997.

BRASIL. *Constituição Federal de 1988*. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 20 dez. 2005.

BRASIL. *Lei nº 5692/71*. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <<http://www.pedagogiaemfoco.br>>. Acesso em: 20 dez. 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. *Diretrizes operacionais para a educação básica nas escolas do campo*. Brasília, DF, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. Grupo Permanente de Trabalho de Educação do Campo. Referência para uma política nacional de Educação do Campo. *Caderno de subsídios*, Brasília-DF, 2005.

CALDART, Roseli Salete. *A escola do campo em movimento. Currículo sem Fronteiras* [S. l.], v. 3, n. 1, p. 60-81, jan./jun. 2003. Disponível em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol3iss1articles/roseli2.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2015.

_____. *Sobre Educação do Campo: campo, política pública e educação*. Brasília: NEAD, 2008. (Coleção por uma educação do campo, 7).

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA (CONTAG). *Grito da Terra Brasil — 2011: pauta de reivindicações*. Brasília-DF: CONTAG, FETAGs e Sindicatos, 2011.

_____. *Grito da Terra Brasil 2010: pauta de reivindicações*. Brasília-DF: CONTAG, 2010.

_____. *Grito da Terra Brasil 2009: pauta de reivindicações*. Brasília-DF: CONTAG, FETAGs e STTR, 2009.

_____. *Grito da Terra Brasil 2008: pauta de reivindicações*. Brasília-DF: CONTAG, FETAGs e STTR, 2008.

_____. *6º Congresso nacional dos trabalhadores rurais* (Documento base). Brasília-DF: CONTAG, 1995.

_____. *Anais I Congresso nacional extraordinário dos trabalhadores rurais*. Brasília-DF: CONTAG, 1994.

_____. *Anais 5º Congresso nacional dos trabalhadores rurais*. Brasília-DF: CONTAG, 1991.

_____. *Proposta do movimento sindical de trabalhadores rurais para as leis agrária e agrícola*. Brasília-DF: CONTAG, 1989.

_____. *Projeto Nacional de Política Agrícola*. Brasília-DF: CONTAG, 1988.

_____. *Política agrícola e pequenos agricultores*. Brasília-DF: CONTAG, 1984.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. *Resolução CNE/CEB nº 1*, de 3 de abril de 2002. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do 37ª Reunião Nacional da ANPED — 04 a 08 de outubro de 2015, UFSC — Florianópolis Campo. Brasília, 2002. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012002.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2015.

_____. *Resolução CNE/CEB nº 2*, de 28 de abril de 2008. Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo. Brasília, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2008/rceb002_08.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2015.

CONTI, Irio L. *Organizações sociais e políticas públicas: inserção da Fetraf-Sul nas políticas públicas de segurança alimentar e nutricional*. Tese. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR-UFRGS). 2016.

DELGADO, Nelson G.; LEITE, Sergio.; WESZ JUNIOR, Valdemar. *Produção agrícola*. Nota técnica. Rio de Janeiro-RJ, 2010.

FERNANDES, Bernardo Mançano; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salete (Org.). *Por uma educação básica do campo*. Texto-base da Conferência Nacional Por Uma Educação Básica do Campo. Brasília: UnB, 1998.

FETRAF-SUL/CUT. *Consolidando a agricultura familiar*. A ousadia na luta e na organização construindo um novo desenvolvimento. Tese do II Congresso da Fetraf-Sul/CUT. Chapecó: Fetraf-Sul/CUT, 2007.

_____. 3º Congresso da Fetraf-Sul/CUT. *Agricultura familiar: alimento e vida para o Brasil*. Documento-base. Chapecó: Fetraf-Sul/CUT, 2010.

FETRAF-SUL/CUT; ESCOLA SINDICAL SUL; DESER. Terra Solidária: projeto político-pedagógico. Chapecó: Fetraf-Sul/CUT, 2001.

_____. *Sistematização e avaliação do Projeto Terra Solidária*. Chapecó: FetrafSul/CUT, 2002.

FREIRE, Paulo. *Conscientização: teoria e prática da libertação — uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. 3. ed. São Paulo: Moraes, 1980.

FAVARETO, A. da S. BITTENCOURT G. L. Agricultura e Sindicalismo nos anos 90 — notas para um balanço. In: TEDESCO J. C. (Org.) *Agricultura Familiar*. Realidades e Perspectivas. 3. ed. Passo Fundo-RS: Brasília-DF, 2001.

FOUILLEUX, Ève. *La politique agricole commune et ses réformes: une politique à l'épreuve de la globalisation*. Paris: L'Harmattan, 2003.

_____. Entre production et institutionnalisation des idées: la réforme de la politique agricole commune. *Revue française de science politique*, v. 50, n. 2, p. 277-306, 2000.

FETRAF. Fetraf Cumpre Deliberação Aprovada em Congresso e passa a ser CONTRAF BRASIL. 2016. Disponível em: <http://contrafbrasil.org.br/destaques>. Acesso em: 20 set. 2016.

FETRAF-SUL/CUT. *Estatutos sociais*. Chapecó: FETRAF-SUL, 2001a.

FERNANDES, Bernardo M; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salete. Primeira Conferência Nacional Por uma educação básica do campo: texto preparatório. In: ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna. *Por uma educação do campo*. Petrópolis: Vozes, 2004.

GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. As duas “caras” do PRONAF: produtivismo ou fortalecimento da produção para autoconsumo? In: Congresso brasileiro de economia, administração e sociologia rural, 43, 2005, Ribeirão Preto (SP), *Anais...* Ribeirão Preto/SP: SOBER, 2005.

GIUGNI, Marco; PASSY, Florence. Contentious politics in complex societies: New social movemensts between conflict and cooperation. In: GIUGNI, M.; McADAM, D.; TILLY, C. *From contention to democracy*. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 1998.

GRISA, Catia. *Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: produção e institucionalização das ideias*. Tese (Tese de Doutorado em Ciências Sociais) — Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade/UFRRJ, 2012.

GRISA, C.; KATO, K.; ZIMMERMANN, S.A. *Projeto Repensando o conceito de ruralidade no Brasil: implicações para as políticas públicas*. O rural nas políticas públicas do Brasil Contemporâneo. 2014 (relatório de pesquisa).

_____. *Projeto Repensando o conceito de ruralidade no Brasil: implicações para as políticas públicas*. O rural nas políticas públicas do Brasil Contemporâneo. 2014 (relatório de pesquisa).

GRISA, Catia; WESZ JR., Valdemar; BUCHWEITZ, Vitor D. Revisitando o Pronaf: velhos questionamentos, novas interpretações. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 52, n. 2, 2014.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. *Rev. Econ. Sociol. Rural* [online]. 2014.

GUIDO, Humberto. Filosofia da Educação: entre o anti-moderno e o ultra-moderno. In: HENZ, Celso Ilgo e ROSSATO, Ricardo (Org.). *Educação humanizadora na sociedade globalizada*. Santa Maria-RS: Biblos, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS (IBASE). *Relatório PRONAF: resultados da etapa Paraná*. Rio de Janeiro-RJ: IBASE, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo agropecuário 2006*. Rio de Janeiro-RJ: 2009.

LEITE, Sérgio Celani. *Escola rural: urbanização e políticas educacionais*. São Paulo: Cortez, 1999.

MATTEI, Lauro. Evolução do crédito do PRONAF para as categorias de agricultores A e A/C entre 2000 e 2010. In: *Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural*, 49, 2011, Belo Horizonte (MG), *Anais...* Belo Horizonte (MG): SOBER, 2011.

_____. *PRONAF 10 anos: mapa da produção acadêmica*. Brasília (DF): MDA, 2006.

_____. *Impactos do PRONAF: análise de indicadores*. Brasília (DF): MDA/NEAD, 2005.

MOLINA, Mônica Castagna. Cultivando princípios, conceitos e práticas. *Presença Pedagógica*, Belo Horizonte, v. 15, n. 88, p. 30-36, jul./ago. 2009.

MULLER, Pierre. *Les politiques publiques*. 7. ed. Paris: PUF, 2008.

MUNARIM, Antônio. *Trajetória do movimento nacional de educação do campo no Brasil*. Educação, Santa Maria, v. 33, n. 1, jan./abr. 2008. Disponível em: <<http://coralx.ufsm.br/revce/revce/2008/01/a4.htm>>. Acesso em: 1º mar. 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO (FAO)/INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). *Perfil da agricultura familiar no Brasil*. Brasília (DF): FAO/INCRA, 1996.

_____. *Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável para a pequena produção familiar*. Brasília (DF): FAO/INCRA, 1994.

PICOLOTTO, Everton L. *As mãos que alimentam a nação: agricultura familiar, sindicalismo e política*. Tese (Doutorado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) — Programa de Pós-Graduação

de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ). Rio de Janeiro-RJ, 2011.

PRONACAMPO — PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO DO CAMPO. Ministério da Educação, 2012. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/programa-saude-da-escola/194-secretarias-112877938/secad-educacao-continuada-223369541/18720-pronacampo>>. Acesso em: 13 mar. 2015.

SAUER, Sergio. Demanda mundial por terras: “land grabbing” ou oportunidade de negócios no Brasil? *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*. Brasília, CEPPAC/ UnB, 2011.

SOUZA, Maria Antônia de. *Educação do Campo: propostas e práticas pedagógicas do MST*. 2. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2012.

SEMINOTTI, Jonas. *Os agricultores familiares e a representação política do Sutra na região Alto Uruguai do RS*. Tese (Doutorado em Sociologia) — Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Curitiba (PR), 2013.

SANTOS, Franciele Soares dos. Educação do campo e educação urbana: aproximações e rupturas. *Educere et Educare Revista de Educação*, Cascavel, v. 1, n. 1, p. 69-72, jan./jun. 2006.

SOUZA, Maria Antônia de. *Educação e movimentos sociais do campo: a produção do conhecimento no período de 1987-2007*. Curitiba: UFPR, 2010.

SCHNEIDER, Sergio; CAZELLA, Ademir; MATTEI, Lauro. Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf-Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. In: SCHNEIDER, Sergio; SILVA, Marcelo K.; MARQUES, Paulo E.M. (Orgs.) *Políticas públicas e participação social no Brasil rural*. Porto Alegre-RS: UFRGS, 2004. p. 21-49.

SILVA, Lourdes Helena e COSTA, Vânia Aparecida. Educação Rural. *Revista Presença Pedagógica*, v. 12, n. 69 mai./ju. 2006.

SOUZA, Paulo M. et al.; Análise da evolução do valor dos financiamentos do Pronaf-crédito (1999 a 2010): número, valor médio e localização geográfica dos contratos. *Revista Brasileira de Economia, Sociologia e Administração Rural*, v. 51, n.2, 2013.

VAN DER PLOEG, Jan Douwe ET AL. Rural development: from practices and policies towards theory. *Sociologia Ruralis*, v. 40 n. 4, p. 391-408, out/2000.

WEID, Jean M. Agricultura familiar: sustentando o insustentável. *Agriculturas*, v.7, n.2, p. 07, 2010.

_____. Construindo políticas públicas em apoio à agroecologia. *Agriculturas*, v.3, n.1, p.04-06, 2006a.

_____. A transição agroecológica das políticas de crédito voltadas para a agricultura familiar. *Agriculturas*, v. 3, n. 1, p. 18-20, 2006b.

WANDERLEY, Maria N. B. *O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade*. Porto Alegre-RS: UFRGS, 2009.